Revista FundAção
ISSN 2965 - 2138

[relato de experiência] PROPPEX **FSA**

ORIENTAÇÃO PARA CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO E CNPJ PARA ALDEIA INDÍGENA: PROMOVENDO A CIDADANIA FISCAL

Mariana Bonome de Souza Marques
mariana.marques@fsa.br
Docente, Curso de Administração, Curso de Ciências Contábeis,
Centro Universitário Fundação Santo André – CUFSA

Eduarda Soares Pinto
Fernanda Benevenuto de Oliveira Beserra
Gabriela Coelho Fernandes
Vitoria Alencar Barbosa
Discentes, Curso de Administração, Curso de Ciências Contábeis,
Centro Universitário Fundação Santo André – CUFSA

RESUMO

O presente relato apresenta a experiência de um projeto de extensão desenvolvido junto à Aldeia Guyrapaju, comunidade indígena Guarani localizada no distrito do Riacho Grande, em São Bernardo do Campo, próxima à represa Billings. A comunidade, composta por aproximadamente 80 habitantes, desenvolve atividades econômicas principalmente por meio da produção de artesanatos, doações e trabalhos voluntários, porém enfrenta dificuldades devido à ausência de formalização jurídica. Nesse contexto, o projeto teve como objetivo orientar os moradores sobre o processo de constituição de uma associação e obtenção de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), promovendo cidadania fiscal ao indicar a possibilidade de formalizarem suas atividades e ampliar as oportunidades de geração de renda, incluindo vendas on-line de produtos culturais. A metodologia adotada envolveu diagnóstico participativo, visitas à aldeia, aplicação de questionário para levantamento das necessidades da comunidade e elaboração de materiais explicativos em linguagem acessível, como vídeos e pílulas de conhecimento. Também foram fornecidas orientações sobre elaboração de estatuto social, registro em cartório e procedimentos básicos para inscrição no CNPJ. Os resultados evidenciam a importância do diálogo, do respeito à cultura indígena e do apoio

técnico para promover autonomia e fortalecimento comunitário. Conclui-se que iniciativas extensionistas podem contribuir para a inclusão social, a cidadania fiscal, o fortalecimento da organização comunitária e a valorização da cultura indígena.

Palavras-chave: cidadania fiscal; comunidade indígena; formalização; autonomia.

GUIDANCE FOR THE CONSTITUTION OF AN ASSOCIATION AND CNPJ FOR AN INDIGENOUS VILLAGE: PROMOTING FISCAL CITIZENSHIP

ABSTRACT

This report presents the experience of an extension project developed with the Guyrapaju Indigenous Village, a Guarani community located in Riacho Grande district in São Bernardo do Campo city, close to the Billings Reservoir. This community, composed of approximately 80 inhabitants, develops economic activities mainly through the production of handicrafts, donations, and volunteer work. However, it faces difficulties due to the lack of legal formalization. In this context, the project aims to guide residents in the process of establishing an association and obtaining a National Legal Persons Registry (CNPJ), promoting fiscal citizenship and indicating the possibility of formalizing their activities and expanding income generation opportunities, including online sales of cultural products. The methodology involved participatory diagnosis, visits to the village, application of questionnaires to identify the community's needs, and the preparation of explanatory materials in accessible language, such as videos and knowledge capsules. Guidance was also provided regarding the preparation of a social statute, registration at a notary office, and basic procedures for obtaining a CNPJ. The results highlight the importance of dialogue, respect for indigenous culture, and technical support to promote autonomy and community strengthening. It is concluded that extension initiatives can contribute to social inclusion, fiscal citizenship, strengthening of community organization, and appreciation of indigenous culture.

Keywords: fiscal citizenship; indigenous community; formalization; autonomy.

ÁREA TEMÁTICA: Direitos humanos e justiça.

1 INTRODUÇÃO

A extensão universitária tem como um de seus principais objetivos promover a interação entre a universidade e a sociedade, contribuindo para a transformação social por meio da aplicação do conhecimento acadêmico em demandas reais da comunidade. Nesse contexto, projetos extensionistas voltados às comunidades indígenas contribuem para promover a inclusão social, o fortalecimento cultural, o desenvolvimento econômico sustentável e a cidadania fiscal. Muitas dessas comunidades desenvolvem atividades produtivas, como o artesanato tradicional, que representam não apenas uma fonte de renda, mas também uma importante forma de preservação e valorização de sua identidade cultural (SEBRAE, 2025).

A cidadania fiscal pode ser compreendida como a capacidade do cidadão de entender, acompanhar e participar das relações tributárias e financeiras do Estado, envolvendo não apenas o cumprimento de obrigações fiscais, mas também o acesso à informação, a compreensão da função social dos tributos e o controle social sobre a arrecadação e a aplicação dos recursos públicos. Nesse sentido, configura-se como uma dimensão essencial da cidadania, pois fortalece a participação social e contribui para a transparência e a justiça fiscal (Brasil, 2023; Grzybovski; Hahn, 2006).

Apesar desse potencial, diversas aldeias indígenas enfrentam dificuldades para acessar oportunidades de financiamento, programas de incentivo e novos mercados devido à ausência de formalização jurídica. A obtenção do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) constitui um passo essencial nesse processo, pois possibilita maior organização administrativa, segurança jurídica e participação em editais e iniciativas de apoio, incluindo programas voltados à bioeconomia e à inovação indígena (Iniciativa Bioeconomia, 2023).

A formalização por meio da constituição de associações encontra respaldo no Código Civil brasileiro, especialmente nos artigos 53 a 61 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que disciplinam a criação, organização e funcionamento das associações civis. Além disso, a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 6 de dezembro de 2022, que estabelece os procedimentos para registro, alteração e baixa de pessoas jurídicas perante a Receita Federal, garantindo, assim, a regularidade fiscal e o reconhecimento legal dessas organizações (Brasil, 2002; Brasil, 2022).

CC BY NC SA

No entanto, muitas comunidades ainda enfrentam barreiras relacionadas à falta de orientação técnica e ao desconhecimento dos procedimentos necessários para a formalização. Diante dessa realidade, este projeto teve como objetivo apoiar aldeias indígenas no processo de constituição de um Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), por meio da elaboração de um Estatuto Social que respeite suas tradições, costumes e formas próprias de organização.

Mais do que um procedimento burocrático, a formalização é compreendida, neste contexto, como um instrumento fundamental para o fortalecimento da autonomia e da cidadania das comunidades indígenas, possibilitando o acesso a direitos, políticas públicas, investimentos e incentivos governamentais. A iniciativa buscou orientar e esclarecer as etapas necessárias para a regularização das atividades produtivas desenvolvidas pela comunidade, contribuindo para ampliar suas oportunidades de desenvolvimento econômico e participação social.

Assim, espera-se que a ação extensionista contribua para o fortalecimento da autonomia das comunidades indígenas, promovendo inclusão, cidadania fiscal, valorização cultural e desenvolvimento sustentável, em consonância com os princípios da legislação indigenista brasileira (Amado, 2015; CIMI, 2023), com a Instrução Normativa RFB nº 2.119 (Brasil, 2022), bem como com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especialmente em seu art. 231, que reconhece a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas, e no art. 5º, incisos XVII a XXI, que asseguram a liberdade de associação (Brasil, 1988).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho caracteriza-se como um relato de experiência, uma vez que descreve e analisa a vivência prática desenvolvida junto à comunidade, conforme definido por Mussi, Flores e Almeida (2021), que destacam esse tipo de abordagem como relevante para a sistematização de práticas no campo acadêmico.

Adotou-se uma abordagem qualitativa que, segundo Minayo (2001), busca compreender fenômenos sociais a partir das percepções, experiências e significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos. Tal abordagem mostrou-se adequada ao contexto do estudo, por permitir uma análise aprofundada da realidade da comunidade indígena.

O público-alvo deste trabalho consiste nos moradores da Aldeia Guyrapaju, uma comunidade de etnia Guarani localizada no distrito do Riacho Grande, em São Bernardo do Campo, que conta atualmente com cerca de 80 habitantes.

A metodologia adotada baseou-se em um diagnóstico participativo, entendido como uma estratégia que possibilita a construção coletiva do conhecimento e a identificação de demandas a partir da realidade dos participantes (Brasil *et al*., 2020). Esse diagnóstico foi realizado por meio de visitas presenciais e aplicação de questionários, com o objetivo de identificar as necessidades, objetivos e preferências da comunidade em relação ao processo de formalização, respeitando-se os aspectos culturais locais.

O projeto apresenta caráter participativo e interventivo, com traços de pesquisa-ação, uma vez que envolveu diretamente os membros da comunidade na construção das soluções propostas, conforme definido por Thiollent (1998), que destaca a pesquisa-ação como um processo colaborativo entre pesquisadores e participantes.

Como parte dos procedimentos metodológicos, foram oferecidas orientações jurídicas e organizacionais, por meio da elaboração de materiais didáticos em linguagem acessível, como um *e-book* e vídeos explicativos detalhando o processo de abertura de um CNPJ. Adicionalmente, o grupo prestou apoio técnico-administrativo para a redação do estatuto social, orientações sobre registros em cartório e inscrições fiscais básicas.

Todo o projeto foi conduzido mediante diálogos com a comunidade, visando garantir que a transição para a formalização da associação ocorresse dentro dos limites e da realidade econômica da aldeia.

Por fim, o trabalho configura-se como uma prática de extensão universitária, que, de acordo com (Cristofoletti; Serafim, 2020) promove a articulação entre universidade e sociedade, contribuindo para a transformação social e a formação acadêmica dos estudantes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A realização do projeto de extensão possibilitou uma aproximação direta entre a universidade e a comunidade indígena visitada, promovendo um intercâmbio de conhecimentos e experiências. Durante a visita à aldeia, foi possível conhecer de forma mais aprofundada a realidade local, incluindo aspectos sociais, culturais e estruturais da comunidade, conforme ilustrado na Figura 1, do material de artesanato da Aldeia, permitindo compreender melhor suas necessidades

e motivações em relação à formalização de suas atividades econômicas. Ademais, observou-se a presença de desafios relacionados às condições de saúde e saneamento, como casos de doenças associadas à qualidade da água disponível na aldeia.

Além disso, foi possível conhecer a estrutura educacional da comunidade, ilustrado na Figura 2, onde as crianças aprendem tanto a língua indígena quanto o português, evidenciando a preocupação com a preservação cultural e com a integração social.

Figura 1 - Material de Artesanato da Aldeia



Figura 2 - Escolas das Crianças da Aldeia



Fonte: arquivo pessoal das autoras.

A principal demanda apresentada pelos moradores foi a possibilidade de abertura de um Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), por meio da criação de uma associação, com o objetivo de formalizar a comercialização dos artesanatos produzidos na aldeia. A formalização, nesse contexto, não se limita a aspectos burocráticos, mas se relaciona diretamente com o exercício da cidadania fiscal, uma vez que possibilita à comunidade atuar de forma reconhecida perante o Estado, cumprir obrigações legais e acessar direitos, conforme destacado pela Receita Federal. Além disso, ao viabilizar a participação em editais, parcerias institucionais e outras oportunidades formais de geração de renda, o CNPJ contribui para o fortalecimento da autonomia comunitária. Nesse sentido, a organização coletiva por meio de uma associação também promove maior capacidade de

gestão e tomada de decisão, aspecto que, segundo Grzybovski e Hahn (2006), é fundamental para o desenvolvimento sustentável e o empoderamento de grupos sociais.

Conforme apresentado na Figura 3, a partir das pesquisas realizadas pelo grupo, foi elaborado um material informativo com linguagem simples e acessível, estruturado em formato de infográfico, contendo o passo a passo para a constituição de uma associação e, consequentemente, para a obtenção de um CNPJ. Esse material foi entregue durante a visita à aldeia, possibilitando que os membros da comunidade tivessem acesso às informações necessárias para compreender o processo de formalização.

Figura 3 - material informativo



Fonte: elaboração própria

O material reúne, de forma organizada e visual, as principais etapas do processo, como a assembleia geral de constituição, a elaboração do estatuto social e seu devido registro no cartório, a solicitação do CNPJ e eventuais permissões necessárias. Sua relevância reside na capacidade de traduzir um procedimento técnico e burocrático em uma linguagem mais didática, promovendo maior compreensão e autonomia por parte da comunidade. Além disso, para o presente artigo, o material representa um produto concreto da intervenção extensionista, evidenciando a aplicação prática do conhecimento acadêmico em benefício social.

Em adição, a disponibilização desse tipo de material informativo também contribui para o fortalecimento da cidadania fiscal, ao ampliar o acesso à informação e possibilitar que a comunidade compreenda seus direitos e deveres no processo de formalização, conforme destacado pela Receita Federal (Brasil, 2023).

Como forma complementar de disseminação do conhecimento, foi produzido um vídeo curto em formato de "pílula do conhecimento", estratégia frequentemente utilizada em contextos educacionais para transmitir informações de maneira objetiva, acessível e de fácil assimilação. A escolha por esse formato se fundamenta na compreensão de que a extensão universitária exige a tradução do conhecimento técnico-científico para uma linguagem compreensível ao público não especializado, configurando-se como um processo de mediação do saber (Cristofoletti; Serafim, 2020).

Nesse sentido, conforme destacam Cristofoletti e Serafim (2020), a efetividade das ações extensionistas está diretamente relacionada à capacidade de adaptação da linguagem e dos instrumentos pedagógicos ao contexto sociocultural do público atendido. Assim, o vídeo foi concebido como um recurso metodológico que favorece a democratização do acesso à informação, ao sintetizar os principais passos para a criação de uma associação e a obtenção do CNPJ, estabelecendo uma conexão direta com os conhecimentos das áreas de Administração e Ciências Contábeis. Além disso, o formato audiovisual permite maior alcance e flexibilidade de acesso, possibilitando que o conteúdo seja revisitado posteriormente pela comunidade, ampliando o potencial de impacto da ação extensionista.

Além do vídeo, visando ampliar o impacto acadêmico e social do projeto, foi elaborado um *e-book* contendo uma explicação mais detalhada sobre o processo de constituição de uma associação e abertura de CNPJ. A produção desse material também se apoia na perspectiva metodológica da extensão universitária como prática dialógica e formativa, na qual o conhecimento é construído e compartilhado de forma acessível e contextualizada (Cristofoletti; Serafim, 2020). Freire (1987) destacou que a extensão universitária pode ser compreendida como comunicação dialógica, superando a transferência de conhecimento da universidade para a comunidade.

Diferentemente do material entregue diretamente à aldeia, o *e-book* foi desenvolvido com enfoque voltado à difusão do conhecimento no ambiente universitário, permitindo que estudantes e demais interessados tenham acesso sistematizado ao conteúdo produzido ao longo do projeto. Essa estratégia contribui para a circulação do conhecimento acadêmico e para o fortalecimento da

indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio fundamental da universidade brasileira (FORPROEX, 2012), como ilustrado na Figura 4.

Figura 4 – *QR code* para o *e-book.*



Fonte: elaboração própria

Dessa forma, tanto o vídeo quanto o e-book configuram-se como produtos extensionistas relevantes, na medida em que articulam linguagem acessível, intencionalidade pedagógica e compromisso social, promovendo a mediação do conhecimento entre universidade e comunidade e ampliando o alcance e a permanência das ações desenvolvidas.

Do ponto de vista da formação acadêmica, o projeto proporcionou aos estudantes envolvidos a oportunidade de aplicar, em um contexto real, conhecimentos adquiridos ao longo da graduação. A pesquisa sobre os procedimentos legais e administrativos necessários para a constituição de uma associação exigiu o desenvolvimento de habilidades de investigação, organização de informações e adaptação da linguagem técnica para um formato acessível, aspectos essenciais no âmbito das práticas extensionistas (Cristofoletti; Serafim, 2020).

Além do aprimoramento técnico, a experiência contribuiu significativamente para a construção de uma consciência crítica acerca do papel social das áreas de Administração e Ciências Contábeis. Ao atuar diretamente no apoio à formalização de uma organização, os estudantes passaram a compreender, de forma mais concreta, a importância da cidadania fiscal, entendida como o exercício consciente de direitos e deveres relacionados à formalização, tributação e participação na vida econômica e social (Grzybovski; Hahn, 2006).

Nesse sentido, conforme destacam Grzybovski e Hahn (2006), a formação em Ciências Contábeis deve ir além da dimensão técnica, incorporando a responsabilidade social e o compromisso com a promoção da cidadania. Essa perspectiva se articula com a concepção de extensão universitária como prática transformadora, na qual o conhecimento acadêmico é

mobilizado para atender demandas sociais reais, promovendo tanto a aprendizagem dos estudantes quanto o desenvolvimento da comunidade (Cristofoletti; Serafim, 2020).

Dessa forma, o projeto não apenas fortaleceu competências técnicas fundamentais para a atuação profissional, mas também ampliou a compreensão dos estudantes sobre o impacto social de sua futura profissão, evidenciando o papel estratégico da Administração e da Contabilidade na promoção da inclusão econômica, da formalização de iniciativas coletivas e do exercício da cidadania fiscal.

Adicionalmente, a experiência reforçou a importância dos projetos de extensão universitária como instrumentos de aproximação entre a universidade e a sociedade. Ao levar conhecimento técnico para uma comunidade que demonstrava interesse em formalizar suas atividades econômicas, o projeto possibilitou não apenas a transmissão de informações, mas também a valorização da cultura local e o fortalecimento da autonomia da comunidade, em consonância com a perspectiva dialógica da extensão universitária (Cristofoletti; Serafim, 2020).

No que se refere ao conteúdo efetivamente trabalhado, foram apresentados à comunidade os principais passos para a constituição de uma associação, incluindo: a definição da finalidade da associação, a elaboração do estatuto social, a realização de assembleia de constituição, a eleição de representantes legais e o registro em cartório. Além disso, foram explicados os procedimentos necessários para a obtenção do CNPJ junto à Receita Federal do Brasil, bem como orientações iniciais sobre obrigações cadastrais e a importância da regularização para viabilizar a comercialização formal dos artesanatos produzidos pela comunidade.

A resposta da comunidade foi marcada pelo interesse e engajamento com o tema, evidenciado pela participação ativa nas interações e pela manifestação de dúvidas relacionadas, principalmente, às etapas burocráticas do processo e às implicações da formalização. Observou-se que o acesso a essas informações contribuiu para reduzir incertezas quanto ao processo de abertura da associação, fortalecendo a percepção de viabilidade da iniciativa e incentivando a continuidade das discussões internas sobre a formalização.

De maneira geral, os resultados indicam que a iniciativa teve impacto positivo tanto para a comunidade atendida quanto para os estudantes participantes. Para a comunidade indígena, o projeto representou o acesso a informações estruturadas sobre processos de formalização, contribuindo para o fortalecimento de suas atividades econômicas e para o exercício da autonomia organizacional. Para os estudantes, a experiência proporcionou aprendizado prático,

desenvolvimento de habilidades acadêmicas e maior compreensão sobre a importância da atuação social da universidade, evidenciando o papel da extensão como espaço de formação crítica e aplicação do conhecimento (Cristofoletti; Serafim, 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do projeto permitiu compreender as necessidades da Aldeia Guyrapaju em relação à formalização de suas atividades econômicas e organizacionais. A realização de visitas, diálogos com os moradores e elaboração de materiais explicativos possibilitou maior entendimento sobre o processo de constituição de uma associação e obtenção de CNPJ.

A iniciativa contribuiu para aproximar a universidade da comunidade, promovendo a troca de conhecimentos e o respeito às particularidades culturais do povo Guarani. Além disso, o projeto teve papel relevante na promoção da cidadania fiscal, ao orientar a comunidade sobre a importância da formalização, do acesso a direitos legais e da participação em políticas públicas, fortalecendo a consciência sobre deveres e direitos enquanto cidadãos.

No que se refere à formação dos estudantes, a experiência proporcionou a aplicação prática dos conhecimentos acadêmicos, o desenvolvimento do senso crítico e da responsabilidade social, além do aprimoramento de habilidades como comunicação, empatia e trabalho em equipe. O contato direto com a realidade da comunidade possibilitou uma formação mais humanizada e alinhada às demandas sociais.

Dessa forma, o projeto demonstrou que ações extensionistas podem apoiar processos de organização comunitária, incentivar a autonomia econômica da aldeia e contribuir para a formação cidadã dos estudantes. Espera-se que o acompanhamento e o apoio fornecidos contribuam para a efetivação da associação, para a ampliação das oportunidades de geração de renda e para o fortalecimento da preservação cultural e do desenvolvimento sustentável da comunidade.

5 AGRADECIMENTOS

Centro Universitário Fundação Santo André, por todo apoio e custeio da ida até a Aldeia, moradores da Aldeia Guyrapaju, Profa. Orientadora Mariana Marques por nos apresentar o tema, Prof. Marcio Juliano e Prof. Ivan pelo auxílio na elaboração do Projeto.

REFERÊNCIAS

AMADO, Luiz Henrique Eloy. **Direito indígena no Brasil:** fundamentos e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 5 abr. 2026.

BRASIL. Receita Federal do Brasil. **Cidadania fiscal.** Brasília, DF: Receita Federal, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/cidadania-fiscal. Acesso em: 5 abr. 2026.

BRASIL**. Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.** Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1973**.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015.htm. Acesso em: 5 abr. 2026.

BRASIL. Receita Federal do Brasil. **Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 6 de dezembro de 2022. Dispõe sobre o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).** Brasília, DF: Receita Federal do Brasil, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/normas-e-legislacao/instrucoes-normativas/2022/instrucao-normativa-rfb-no-2119-de-06-de-dezembro-de-2022. Acesso em: 5 abr. 2026.

BRASIL, C. C. P.; SILVA, R. M.; VASCONCELOS, D. P.; SOUZA, I. V. Estudo reflexivo sobre o diagnóstico participativo como estratégia de pesquisa em comunidades. **Revista Brasileira de Enfermagem,** Brasília, v. 73, n. 5, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/KCBMR9wdf5chPSX99wCkm6Q/?lang=pt. Acesso em: 5 abr. 2026.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. **A presença indígena no Brasil e os desafios contemporâneos.** Brasília: CIMI, 2023. Disponível em: https://cimi.org.br/2023/05/desafios-para-a-realidade-indigena-no-atual-contexto-brasileiro/. Acesso em 4 abr. 2026.

CRISTOFOLETTI, E. C.; SERAFIM, M. P. Dimensões metodológicas e analíticas da extensão universitária. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, 2020. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/educ45-01-ecsp. Acesso em: 5 abr. 2026.

FORPROEX. **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras.** Política Nacional de Extensão Universitária. Porto Alegre: UFRGS/Pró-Reitoria de Extensão, 2012. Disponível em: https://www.unirio.br/institucional/proreitoriadeextensaoecultura/curricularizacao-da-extensao/documentos-normativos/PoliticaNacionaldeExtensaoUniversitaria2012ebook.pdf/view. Acesso em: 5 abr. 2026.

FREIRE, Paulo**. Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: https://www.paulofreire.org/wpcontent/uploads/2012/06/extensao_ou_comunicacao.pdf. Acesso em: 5 abr. 2026.

GRZYBOVSKI, D.; HAHN, T. G. Educação fiscal: premissa para melhor percepção da questão tributária**. Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 5, p. 841–864, set./out. 2006.

INICIATIVA BIOECONOMIA. **Bioeconomia indígena e desenvolvimento sustentável: programas de incentivo e investimento.** 2023. Disponível em: https://bioeconomia.org.br. Acesso em: 5 abr. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional,** v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/apraxis/v17n48/2178-2679-apraxis-17-48-60.pdf. Acesso em: 5 abr. 2026.

SEBRAE. **Artesanato indígena: oportunidades de mercado e valorização cultural.** Disponível em: https://www.sebrae.com.br. Acesso em: 5 abr. 2026.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1998.